



ASSIBGE – SINDICATO NACIONAL

Dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística
Av. Presidente Wilson, 210 – 8º andar - Centro (RJ) Cep: 20.030-021 Tel: (21) 3575 - 5757 fax: (21) 3575 - 5766
Página: www.assibge.org e-mail: assibge-sn@uol.com.br

No dia 19 de julho foi realizada nova rodada de negociação entre ASSIBGE-SN, IBGE e Ministério do Planejamento, para tratar da Pauta Específica de reivindicações dos trabalhadores do IBGE. Pelo Sindicato estavam presentes os companheiros Paladini, Josélia Conceição, Antônio Cruz e Luiz Fernando Viegas. Acompanhe abaixo, as informações do que foi discutido na reunião.

RELATÓRIO DE REUNIÃO ENTRE: GOVERNO, IBGE e ASSIBGE-SN

QUESTÕES PENDENTES DAS REUNIÕES ANTERIORES

COMISSÃO ELEITORAL DA ASSIBGE-SN – Conforme Ofício nº. 092/2011, a Comissão está liberada, excepcionalmente, no período de 18/07/2011 a 05/08/2011.

INDENIZAÇÃO DE CAMPO – O IBGE havia solicitado um prazo de 60 dias, para estudo sobre o impacto financeiro, no sentido de viabilizar o reconhecimento deste direito. Reafirmou que se possui a maioria dos dados, inclusive os da PNAD, portanto, vão concluir dentro do combinado.

COMISSÃO DE SAÚDE – A Executiva do Sindicato ficou de entregar no dia 21/07 a indicação dos 3 (três) componentes e já agendar a data da primeira reunião da Comissão de Saúde, que deverá tratar de todos os temas pertinentes a este assunto no IBGE.

ISALUBRIDADE, PENOSIDADE E PERICULOSIDADE – Foi acertada a participação da ASSIBGE-SN na oficina que será realizada no MPOG, para fazer o debate sobre estes temas, juntamente com CNTS, SINAGÊNCIA, INMETRO. A Oficina está marcada para o dia 2/08, mas a pedido da ASSIBGE-SN, vão tentar remarcar para depois do dia 5/08, devido às eleições sindicais. Foi acordado que após esta agenda, será realizada uma reunião específica entre IBGE e ASSIBGE-SN para tratar de nossa realidade.

DIAS PARADOS DE GREVES ANTERIORES – A Executiva do Sindicato ficou de apresentar um memorial para que seja avaliado. O Governo e o IBGE deixaram claro que são a favor de que estes dias não tenham reflexo na vida funcional dos servidores, mas que a questão financeira (ressarcir os descontos) será de difícil avanço.

DIREITO À PROGRESSÃO DOS CONCURSADOS DE 2002 – Ficaram de responder após nova verificação.

GRATIFICAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PARA O NÍVEL INTERMEDIÁRIO – Estão fechando a relação, que se encontra na conclusão da versão final, praticamente concluído, com o acordo de quase tudo. A seguir terá o trâmite normal pela via institucional, para que se mande para publicação.

CONTRATADOS PELA LEI 8.745/93 – O Governo acabou de autorizar a contratação de 4.500 temporários. Esta política continua, pois o IBGE sustenta que é a forma possível de se manter as pesquisas e que o salário e o processo de avaliação é o compatível para este tipo de mão de obra. Contestamos, reafirmando que o salário pago a estes trabalhadores deve ser igual ao pago aos servidores de nível intermediário, que a permanência no trabalho seja até o limite previsto na legislação atual (dois anos), com o fim dos aditamentos mensais, demissão só em caso de falta grave e com amplo direito de defesa e a garantia de pagamento do Auxílio Saúde, conforme pago aos trabalhadores do RJU.

QUESTÕES FINANCEIRAS – Ficou agendada uma nova reunião para tratar deste assunto no dia 9 de agosto de 2011, após a reunião com o Fórum das Entidades Federais no dia 21 de julho.

RELATÓRIO ELABORADO POR JOSÉ ROBERTO PALADINI